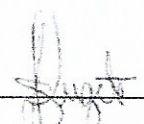


107  
Departamento de Negócios Jurídicos

Recebido em 08/10/19, 10:25hs

Despachado em 31/10/2019

  
Assinatura

Protocolo - DNJ n.º 2019/ 10/ 013292

(FAVOR MENCIONAR ESTA REFERENCIA NA RESPOSTA)

Destino:  
AREA ADMINISTRATIVA  
DR LUIZ CARLOS BORDINASSI

Protocolo n.º 2019/10/013292

Vistos.

Trata-se de expediente, subscrito pela Senhora Diretora do Departamento de Educação, através do qual, solicita a prorrogação da vigência do Contrato n.º 149/2018, celebrado com a empresa, AACP SERVIÇO AMBIENTAL EIRELI, por mais 12 (doze) meses, argumentando para tanto que, o serviço é imprescindível e que, citado Contrato vence em janeiro de 2020 e não impossibilidade de prorrogá-lo, terá que solicitar a abertura de novo processo licitatório que, leva muitos dias ou até meses para sua conclusão, sendo certo que, o contrato em questão contempla a dedetização de 22 unidades vinculadas àquele Departamento e que, em virtude da desativação da Creche AAMACRIM, o serviço a ela correspondente deverá ser suprimido, fazendo juntar cópias do Contrato, do Anexo I, do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2018 e anuência da contratada (ins. 02/00).

Vieram-me os autos, ocasião em que, constatei que, pela execução dos serviços correspondente ao lote n.º 01 (22 unidades cuja área construída total, corresponde a 27.267,14 m<sup>2</sup>), a empresa contratada atribuiu o valor total de R\$ 7.512,00 (sete mil e cinquenta e dois reais), o que equivale a R\$ 0,27539, por metro quadrado.

Assim sendo, multiplicando-se o valor do metro quadrado (R\$ 0,158139) pela área construída total, da Creche AAMACRIM, a ser suprimida (613,27 m<sup>2</sup>), ver-se-á que, a supressão deve corresponder a R\$ 96,98 (noventa e seis reais e noventa e oito centavos).

1

Em consequência, devolva-se ao Departamento de Educação para que, colha da contratada, anuência acerca da supressão e do valor correspondente.


Caso haja concordância, requirite da empresa contratada a apresentação dos seguintes documentos:

- 2.1) Contrato Social;
- 2.2) CNPJ;
- 2.3) Inscrições: Municipal e Estadual, se o caso;
- 2.4) Certidões Negativas de Débitos (Municipal, Estadual e Federal);
- 2.5) Certidões Negativas de Débitos (INSS e FGTS);
- 2.6) Documentos da pessoa física que assina pela empresa, conforme estabelecido no Contrato Social;
- 2.7) Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho; e,

3) finalmente, providencie o necessário acerca da apuração do índice de reajustamento a ser aplicado no contrato, bem como, sobre a existência de dotações orçamentária e financeira, para fazer face à citada despesa.

Após, retornem.

Mirassol, 29 de outubro de 2019.

  
- Luiz Carlos Bordinassi -  
Procurador Jurídico

**25.361.124/0001 - 23**  
**AACP SERVIÇO AMBIENTAL**  
**EIRELI ME**  
Av. Sete de Setembro, Nº 1136  
Baixo Centro - CEP 13440-000  
SALTINHO-SP